

22

CAUSAS
PARA

OBSERVAR

EM 2022

CAUSE



ÍNDICE

Os tópicos do relatório são divididos por área de abordagem

5

EXPECTATIVA DE VIDA

1. Envelhecimento da população/ diversidade etária
2. Juventudes: jovens “sem-sem” (perspectivas, educação, emprego)

10

EDUCAÇÃO E CULTURA

3. Gap (brecha) educacional pós pandemia
4. Falta de investimento em pesquisas
5. O desmonte na Cultura brasileira

15

SAÚDE

6. Covid longa: sequelas a longo prazo
7. Saúde mental: novas síndromes
8. Uso terapêutico de Cannabis

24

CRISE CLIMÁTICA

9. Justiça climática
10. Amazônia em pé e metas globais (Cop26)
11. Desmonte dos órgãos de fiscalização ambiental

31

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

12. Combate à pobreza e à fome
13. Defesa dos povos indígenas
14. Proteção à população LGBTQIAP+
15. Práticas antirracistas na comunicação (construção de imaginários)
16. Combate ao racismo nas instituições

42

ESG

17. ESG e os impactos da guerra

45

FUTURO DO TRABALHO

18. Futuro das relações de trabalho
19. Trabalho e maternidade
20. Inclusão de PcD

52

DEFESA DA DEMOCRACIA

21. Transparência (dados públicos cada vez mais sigilosos)
22. Educação cidadã e combate à desinformação (fake news)

INTRODUÇÃO

O segundo trimestre de 2022 chegou em meio a dúvidas e cansaço, mas também esperança. Durante dois anos de um cenário pandêmico, pessoas, empresas e governos se dedicaram a desvendar as melhores formas de trabalhar e preservar vidas. Vacinas surgiram, variantes se manifestaram e, pouco a pouco, o coronavírus está deixando de ser o assunto principal. Abre-se espaço para outras discussões relevantes.

No universo das corporações, por exemplo, não faltam tópicos para colocar em dia. Os principais deles aparecem na forma de conceitos que sintetizam caminhos para pensar um futuro mais sustentável. Um deles é ESG (abreviação em inglês para abordagem ambiental, social e de governança), que está dominando a agenda de executivos ao redor do globo.

Prova disso é a recente guerra no leste europeu, que despertou um movimento de manifestação dessas práticas. Marcas globais – dos setores de tecnologia, petróleo e automóveis, entre outros – estão se posicionando contra a invasão da Rússia à Ucrânia, abrindo mão de negócios que chegariam na casa dos bilhões de dólares. Isso é mais que uma estratégia de marketing: é uma maneira de as organizações exercerem papel de agentes de transformação social, usando poder de influência para promover as mudanças que o mundo demanda.

É inegável que, há muito tempo, as empresas entraram na casa de seus colaboradores e clientes – não só com produtos de prateleira, mas partilhando também um conjunto de valores agregados. Com isso, a responsabilidade social cresce em ritmo acelerado. Afinal, não há negócio possível diante das mudanças climáticas e de tantas desigualdades

INTRODUÇÃO

sociais. É preciso agir, seja para garantir a qualidade de vida no planeta, seja porque tudo isso afeta diretamente os resultados das corporações.

Essa é a razão pela qual nós, da Cause, preparamos a quarta edição do relatório “Causas para Observar”. O objetivo, aqui, é destacar alguns dos temas que parecem fundamentais para o desdobramento deste ano. Além dos já mencionados, abordamos: o impacto da pandemia na saúde mental e na educação; tendências para o futuro das relações de trabalho; e a importância de propósitos socioambientais, bem como do antirracismo e do acolhimento a PcD, dentro do ecossistema empresarial. Todas as observações vêm sempre acrescidas de dados, expectativas

possíveis e referências de pessoas e instituições para você acompanhar nos próximos meses.

O ano de 2022 promete ser um período crucial para mudanças. Portanto, produzimos este documento para que todos nós estejamos preparados.

Boa leitura!



**EXPECTATIVA
DE VIDA**

1. ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO/ DIVERSIDADE ETÁRIA

POR QUE OBSERVAR

Ainda que a pandemia tenha afetado diretamente nossa expectativa de vida, segundo estudo realizado pelas universidades Harvard, Princeton, Universidade do Sul da Califórnia e Universidade Federal de Minas Gerais, que concluiu que a média de idade do brasileiro caiu em dois anos por conta do volume de vítimas da Covid-19, estima-se que viveremos até os 75 anos de idade. O mercado de trabalho, no entanto, não está acompanhando essa tendência: em geral, as vagas são destinadas apenas a pessoas muito jovens. No Brasil, as empresas tidas como as melhores para se trabalhar, segundo a pesquisa Great Place to Work, registram quadros de funcionários com apenas 3% dos empregados acima de 55 anos. A pandemia, aliás, agravou ainda mais esses números. Um levantamento feito pela Maturi, com mais de 2 mil pessoas, mostrou que 20% dos trabalhadores com mais de 50 anos foram demitidos desde que o coronavírus passou a se espalhar.

64%



dos profissionais 50+ afirmam ter sofrido preconceito etário

Apenas

2%



dos novos contratados, entre 2020 e 2021, tinham +55 anos

O QUE ESPERAR

O atual cenário da diversidade etária no país é de despreparo. Empresas ainda não criaram, de maneira significativa, iniciativas que gerem uma aceitação maior de pessoas idosas no ambiente de trabalho. Essa lacuna é extremamente propícia às marcas que decidirem ser pioneiras nesse quesito. Estima-se que 78% dos trabalhadores brasileiros 50+ tenham capacidade de trabalhar em regime híbrido ou home office, o que anularia o argumento de que essa parte da população não estaria apta a modelos de trabalho pós-pandêmicos.

Vale lembrar que, ainda em 2022, teremos a realização do Censo nacional. O levantamento trará novas informações sobre expectativa de vida, comportamentos e necessidades da população idosa no país.



EM QUEM PRESTAR ATENÇÃO



Maturi

Plataforma digital de trabalho e desenvolvimento voltada exclusivamente para pessoas acima de 50 anos do Brasil, produz diversas pesquisas sobre o tema.



CNDI - CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA:

Órgão federal responsável pelas ações de proteção ao idoso brasileiro.



LEONARDO ATHIAS

Representante do IBGE no Comitê de Estatísticas Sociais.



LABORA - MOVIMENTO 60+

Primeira HR Tech de impacto social, focada em escalar a inclusão da diversidade geracional em empresas.

2. JUVENTUDES: JOVENS “SEM-SEM”

(SEM PERSPECTIVAS,
SEM EDUCAÇÃO E SEM EMPREGO)

POR QUE OBSERVAR

Antes conhecidos como “nem-nem”, os “sem-sem” são jovens (de 15 a 29 anos) que estão sem estudar nem trabalhar. A parcela da população nessa categoria já vinha crescendo na última década, mas a pandemia acelerou ainda mais o problema. Encerramos 2021 com mais de um terço dos jovens brasileiros nessa situação. São 12,3 milhões de pessoas, o que é mais ou menos a soma das populações dos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Amapá.

A imensa falta de oportunidades também derruba as perspectivas, o que afeta diretamente a saúde mental desse público. Na última década, houve um aumento de 556% nos casos de autoagressões, automutilações e tentativas de suicídio entre os jovens brasileiros.

35%

dos jovens do país ficaram sem emprego ou estudo em 2020 – o maior número já registrado.

Houve um aumento de

800 MIL

jovens enquadrados na categoria sem-sem entre 2019 e 2021.

O QUE ESPERAR

Embora o número de jovens “sem-sem” tenha crescido na pandemia, o Censo Escolar de 2021 mostra que os anos finais do ensino fundamental e ensino médio tiveram aumento no número de matrículas. Foram registrados 7,8 milhões alunos em 2021 – um acréscimo de 2,9% em relação a 2020.

Segundo o estudo “Retorno para Escola, Jornada e Pandemia”, da FGV, esses indicadores são, em parte, resultado das aprovações automáticas, que facilitaram a permanência nas instituições. Contudo, isso gera novos problemas. Com a qualidade da formação comprometida, os jovens que terminam os estudos conseqüentemente terão dificuldade para encontrar emprego – sem contar os que já haviam largado a escola e não viam oportunidade de retorno. Com o impacto dessa população na força de trabalho do país, há uma imensa expectativa em torno da criação de iniciativas, tanto públicas quanto privadas, que não necessariamente incentivem a dupla jornada, mas que proporcionem a chance de, ao menos, estudar ou trabalhar.



EM QUEM PRESTAR ATENÇÃO



MARCELO NERI

Fundador do Centro de Políticas Sociais da FGV, pesquisa sobre a situação dos sem-sem.



OIT BRASIL

Organização Internacional do Trabalho, promove, em suas redes sociais, iniciativas e pensatas sobre a situação trabalhista brasileira.



IEDE

Instituto que promove discussões e revela dados sobre a situação da educação no país.



INSTITUTO SONHO GRANDE

Organização sem fins lucrativos que trabalha em colaboração com estados e terceiro setor para a melhoria da qualidade do ensino nas redes públicas.

EDUCAÇÃO E CULTURA



3. BRECHA EDUCACIONAL PÓS PANDEMIA

POR QUE OBSERVAR

Com esquemas de aulas remotas sendo criados sem estrutura adequada, e a gritante desigualdade na distribuição de recursos hoje essenciais – como a internet para esse fim –, alunos de todo o país, especialmente os da rede pública, tiveram seu ensino prejudicado. Para os mais jovens, por exemplo, os números são assustadores. Os índices de alfabetização recuaram para parâmetros de 15 anos atrás. Quem já sabe ler tampouco ficou imune. Uma pesquisa do Insper apontou que, durante a pandemia, os estudantes absorveram apenas 38% do conteúdo de português que aprenderiam presencialmente. Em matemática, é ainda pior: só 17% foi assimilado. Estima-se que a falta desses conhecimentos possa diminuir em até 10% a renda desta geração, quando entrar no mercado de trabalho. Um dos principais impactos dessa avalanche incidiram sobre o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio): a edição de 2021 registrou o menor número de inscritos, além da menor taxa de participantes negros e vindos de escolas públicas dos últimos anos.

Fontes: Insper e FGV

Só
25%
dos jovens em idade para
prestar o ENEM conseguiram
estudar para a prova em 2021.

98%
dos professores sentiram dificuldade
em avaliar alunos remotamente.

R\$ 912 BILHÕES
pode ser o prejuízo na economia
gerado pelo déficit de aprendizado
de alunos da rede pública.

Fontes: Conectando Saberes, Conjuve e Insper

O QUE ESPERAR

Depois de dois anos de pandemia, há espaço para colocar em prática alguns aprendizados. Em uma audiência pública promovida pelo Senado, em novembro de 2021, a diretora-geral do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro e professora convidada da Faculdade de Educação da Universidade de Harvard, Cláudia Costin, defendeu que uma das armas contra a defasagem pandêmica está na disseminação de escolas com horário integral, isto é, de nove horas por dia. Ao mesmo tempo, há um consenso de que a educação híbrida veio para ficar. Novas formas de avaliação e controle, assim como cursos para professores, devem surgir para corrigir a construção às pressas da educação remota brasileira. Também é prevista a votação no plenário sobre o Sistema Nacional de Educação. Se aprovado, o programa padronizará os conteúdos ensinados no país – e discutirá como a educação brasileira será em tempos pós-pandêmicos.



EM QUEM PRESTAR ATENÇÃO



VILMA REIS

Conselheira do Projeto Seta (Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista), é uma socióloga que discute o futuro da educação, principalmente para pessoas pretas.



LAURA MULLER MACHADO

Coordenadora da rede de pesquisa em política pública educacional, estuda sobre a educação no Brasil pós-Covid.



TODOS PELA EDUCAÇÃO

Organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que debate sobre o ensino no país.



WESLA MONTEIRO

É a presidente do Mapa da Educação, ONG que promove debates sobre pedagogia e o papel do jovem nessa área.

4. FALTA DE INVESTIMENTO EM PESQUISAS

POR QUE OBSERVAR

A ciência brasileira vem enfrentando um desmonte. Em 2020, ano em que o mundo todo colocou os holofotes sobre seus pesquisadores, o governo federal retrocedeu o investimento em ciência para os patamares de 2009. No ano seguinte, o presidente do país anunciou um corte de 87% nas verbas destinadas a esse fim. As consequências foram nítidas: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) afirmou que, a partir de 2022, não haveria mais repasses para importantes institutos de pesquisa – responsáveis, por exemplo, pelo desenvolvimento de vacinas. Ao mesmo tempo, mais de 130 dos maiores especialistas do país pediram demissão da Coordenação. Até o Lattes, plataforma que agrega o currículo acadêmico de todos os pesquisadores brasileiros, mantida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), saiu do ar várias vezes.

O orçamento do CNPq caiu

61,3%

entre 2013 e 2021

R\$ 601 MILHÕES

foram cortados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações em 2021.

Universidades federais tiveram uma redução

37%

nas verbas para manutenção de laboratórios.

O QUE ESPERAR

O cenário, mais uma vez, é ruim. No orçamento de 2022, o governo federal fez reduções drásticas para o setor das pesquisas das pesquisas. O ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações sofreu um corte de R\$ 73 milhões. Verbas de R\$ 11 milhões destinadas a estudos e desenvolvimento tecnológico em saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) também foram barradas. Quem pesquisa sobre a situação da ciência brasileira, como a coordenadora do Laboratório de Estudos de Educação Superior da Unicamp, Ana Maria Carneiro, afirma que, apesar de não haver dados concretos, a sensação é de que, com a crescente falta de investimento em pesquisas, cientistas brasileiros deixarão o país com cada vez mais frequência, em busca de outras nações com mais apoio à vida acadêmica. Em 2022, lamentavelmente, não há perspectivas de mudanças.



EM QUEM PRESTAR ATENÇÃO



LUIZ DAVIDOVICH

Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), que defende o investimento no setor de pesquisa, principalmente após o início da Covid-19.



ANA MARIA CARNEIRO

Pesquisa, na Unicamp, dados e movimentos sobre a educação superior no Brasil e, conseqüentemente, sobre a saúde do nosso ecossistema de pesquisas.



RENATO JANINE RIBEIRO

Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e ex-ministro da Educação.



FELIPE SALTO

Diretor executivo e responsável pela implantação da Instituição Fiscal Independente, monitora de perto os gastos do governo federal. É uma ótima fonte para acompanhar, com dados, o contínuo desmonte da ciência no país.

5. DESMONTE NA CULTURA BRASILEIRA

POR QUE OBSERVAR

Em 2019, 33 anos após sua criação, o Ministério da Cultura foi extinto. É a demonstração de que o setor cultural não seria prioridade só se intensificou desde então. No primeiro ano do governo federal vigente, os gastos com cultura foram reduzidos em 23%. Se compararmos com 2016, então, a queda é de 34%. A consequência foi um desmonte cultural generalizado. O Fundo Setorial do Audiovisual aprovou apenas uma produção entre agosto de 2019 e maio de 2020 – uma redução de 25.000% em relação às mais de duas dúzias mensais de projetos que recebiam o aval para financiamento na área. No panorama da última década, os números são ainda piores. Entre 2011 e 2021, os repasses ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) foram cortados quase pela metade. Já as verbas para a Biblioteca Nacional tiveram uma diminuição superior a 40%.

Fontes: Portal do Orçamento, Folha de S. Paulo.

30%
da verba cultural de 2020
simplesmente não foi usada.

O orçamento destinado à
cultura em 2021 é igual a

1/3
dos valores de 2013.

Fontes: Portal do Orçamento, [O Globo](#).

O QUE ESPERAR

Melhoras não estão no radar da cultura nacional. Logo nos primeiros dias do ano, o secretário nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, André Porciuncula, ameaçou realizar alterações na Lei Rouanet. Na sequência, elas foram oficializadas pelo atual presidente, por meio de uma Instrução Normativa. Na prática, o teto dos projetos contemplados foi reduzido pela metade. A lei ainda passa a limitar o cachê de artistas a R\$ 3 mil. Além disso, é esperado que o valor destinado à cultura quebre o próprio recorde negativo pela quarta vez seguida e se torne o menor da década. O governo federal também vetou em maio a nova lei Aldir Blanc, que criaria uma política nacional de fomento permanente à cultura, com a previsão de repasse anual de R\$ 3 bilhões da União para estados e municípios.

Se seguirmos como nos últimos anos, haverá reações da classe artística, claro, mobilizando-

se por melhorias na área cultural. Porém, a pressão não parece ter efeitos em escala macro. O Movimento Vidas Brasileiras, liderado por nomes como Julia Lemmertz e Fábio Porchat, conseguiu arrecadar mais de 900 mil assinaturas pedindo um impeachment – mas, sem o apoio da Câmara, nada acontece. A maior resistência, no entanto, deve continuar partindo de organizações já sólidas desde antes da pandemia, como a Associação de Produtores de Teatro – que protestou publicamente contra as alterações da Lei Rouanet – e sindicatos voltados aos trabalhadores culturais. Outros movimentos, mais pontuais, como o SOS Cinemateca, também devem continuar surgindo para denunciar questões específicas, embora igualmente importantes.

EM QUEM PRESTAR ATENÇÃO



CLÁUDIO COUTO

Cientista político, analisa e divulga informações referentes ao investimento cultural no Brasil.



QUITÉRIA KELLY

Atriz e diretora, fundou o premiadíssimo Grupo Carmin, equipe de teatro potiguar. Constantemente dá entrevistas e entra em projetos que discutem o cenário da cultura brasileira.



SOS CINEMATECA

Projeto de ex-funcionários do órgão, que sofreu com o desmonte. O movimento divulga denúncias e novidades sobre o desenvolvimento cultural.



CÉLIO TURINO

Historiador, especialista em cultura e políticas públicas, foi secretário da Cidadania Cultural no Ministério da Cultura de 2004 a 2010.

SAÚDE

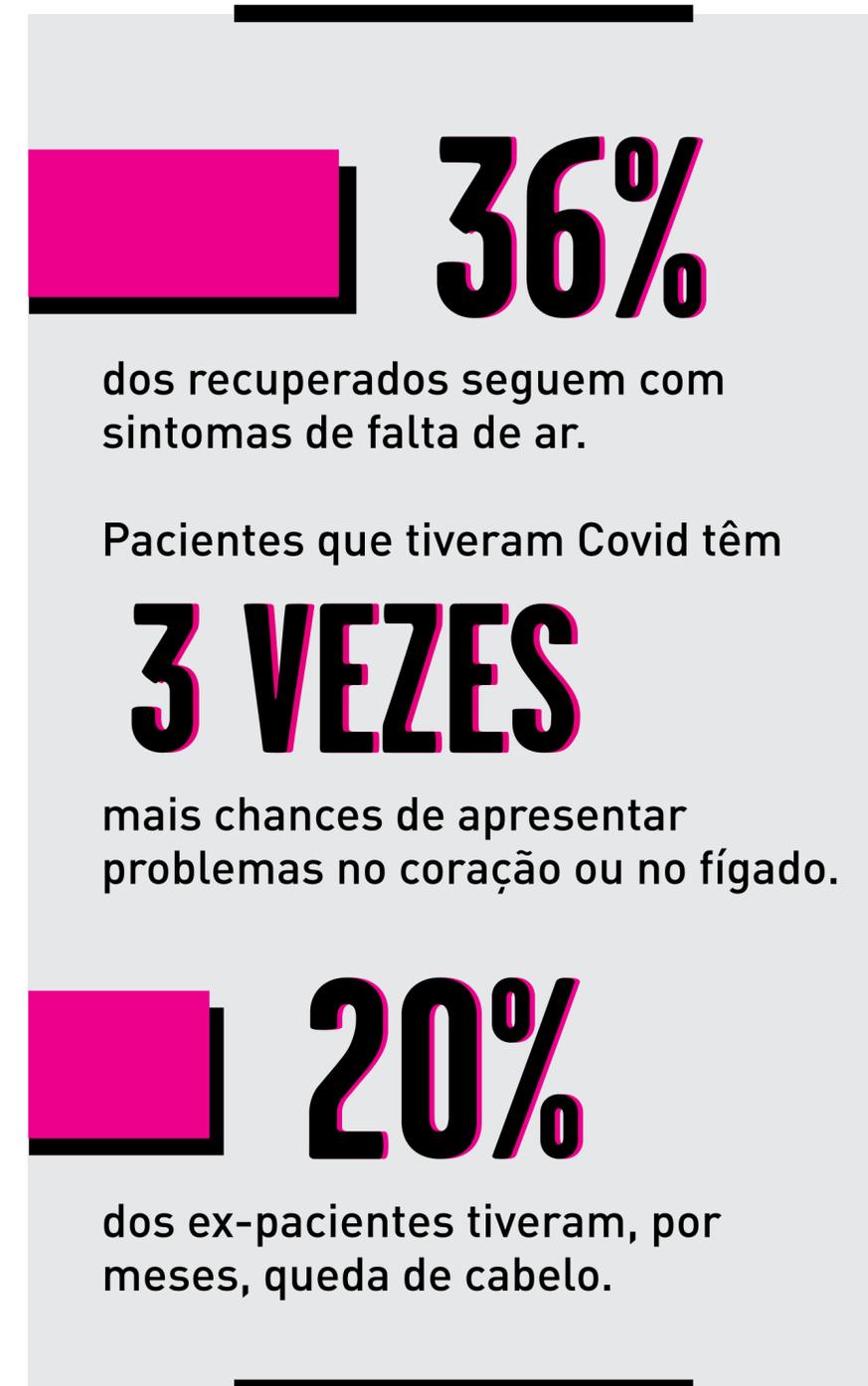


6. COVID LONGA: SEQUELAS NO LONGO PRAZO

POR QUE OBSERVAR

Sobreviver à Covid-19 não significa se livrar dela. Estudos revelam cada vez mais as sequelas que o vírus pode deixar no corpo humano no longo prazo. Cerca de 73% dos pacientes recuperados da infecção seguem com problemas depois de terem se curado. As pesquisas ainda registram que o vírus pode comprometer tanto os pulmões quanto outras partes do corpo. Um estudo do Hospital das Clínicas mostrou que, mesmo um ano depois da alta, 60% dos pacientes seguem com diagnósticos que envolvem insônia, fadiga, perda de memória e depressão.

Fonte: American Medical Association e Hospital das Clínicas



Fonte: American Medical Association

O QUE ESPERAR

A Ciência tem seu tempo e, infelizmente, demora-se um pouco para entender completamente os efeitos de uma doença como a Covid. Foi só em agosto de 2021 que pesquisadores das universidades americanas de Cornell e Harvard, junto a cientistas mexicanos e suecos, conseguiram publicar **o maior documento científico** sobre sequelas que temos até hoje, listando 55 doenças como possíveis consequências da infecção pelo coronavírus. O lado bom é que, conforme a medicina entende melhor o SARS-CoV-2, mais recuperações completas estamos tendo.

A Rede Lucy Montoro, instituição criada em 2008 pelo governo paulista para reabilitar pessoas com deficiência física e motora, é um bom exemplo: o instituto passou a estudar e desenvolver técnicas para diminuir os efeitos de longo prazo do coronavírus. Ao longo de 2021, tornou-se referência nacional no assunto, aliviando as sequelas graves de até 64% dos pacientes. Com a continuidade de pesquisas sobre o assunto, é de se esperar que, durante os próximos meses, novas descobertas ajudarão a ao menos mitigar os efeitos colaterais da doença.

EM QUEM PRESTAR ATENÇÃO



REDE LUCY MONTORO

Instituição do governo de São Paulo que tem se tornado referência nacional no tratamento de efeitos colaterais da Covid-19.



JULIANA HIPÓLITO

Autora de pesquisas sobre os efeitos de longo prazo da Covid em nossos corpos.



LINAMARA RIZZO BATTISTELLA

Titular de Fisiatria do Curso de Medicina da USP, é uma das maiores especialistas do país em reabilitação corporal.



CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE (CONASS)

Organização que reúne os responsáveis pela saúde dos estados brasileiros, tem posicionamentos que frequentemente vão contra as indicações do atual governo federal.

7. SAÚDE MENTAL: NOVAS SÍNDROMES

POR QUE OBSERVAR

Em fevereiro de 2022, entrou em vigor a 11ª edição da **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-11)**. O documento da Organização Mundial da Saúde (OMS) que cataloga patologias teve algumas mudanças significativas em relação à saúde mental. A cada vez mais conhecida Síndrome de Burnout, por exemplo, agora é uma doença decorrente do trabalho. Depois de dois anos de pandemia, também foi catalogado oficialmente o Transtorno de Estresse Pós-Traumático Complexo (TEPT-C), que comumente aparece em pacientes que se veem presos em uma situação com pouca possibilidade de fuga, como aprisionamentos ou restrições de locomoção. Ainda ligado à pandemia está o agora registrado Transtorno do Luto Prolongado – que, de acordo com as universidades de Shenzhen e Southeast, duas das melhores da China, teve um aumento de até 600% no número de pacientes depois da chegada da Covid-19.

A chance de desenvolver
Transtorno do Luto Prolongado
subiu de 10% para

70%

durante a pandemia.

Com a pandemia, até

63%

da população pode ter
desenvolvido quadros de
ansiedade.

Estima-se que

7,3%

da população mundial
tenha o diagnóstico de
TEPT-C durante a vida.

O QUE ESPERAR

A inclusão de síndromes como o Burnout em uma lista importante como a CID-11 força um debate sobre a saúde mental no mercado de trabalho. É inevitável que o assunto seja mais discutido ao longo do ano. A catalogação dessas síndromes também facilita que pesquisas e tratamentos sobre o tema sejam organizados em escala global.

Além disso, os já citados altos índices de depressão e ansiedade estão chamando atenção na política. O Senado, por exemplo, aprovou o Projeto de Lei (PL) 3383/21, que institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. Na prática, o texto prevê a criação de comitês escolares que monitorem a saúde mental nas escolas e criem ações para amenizar os efeitos da pandemia no psicológico de alunos e professores. O PL está tramitando na Câmara.

EM QUEM PRESTAR ATENÇÃO



ANA MARIA ROSSI

Presidente da International Stress Management Association (Isma-BR), pesquisa e debate sobre a importância do cuidado com a saúde mental do trabalhador.



MARIA HELENA FRANCO

Professora da PUC-SP e pesquisadora, é autora de livros sobre o luto no século XXI.



INSTITUTO DE PSIQUIATRIA HOSPITAL DAS CLÍNICAS

Centro que não só desenvolve pesquisas sobre saúde mental, como também produz conteúdo para redes sociais, a exemplo do Youtube, onde discute e explica temas com especialistas.



INSTITUTO CACTUS

Organização filantrópica e sem fins lucrativos que atua para ampliar o debate e os cuidados em prevenção de doenças e promoção da saúde mental no Brasil.

8. USO TERAPÊUTICO DE CANNABIS

POR QUE OBSERVAR

O uso terapêutico da *Cannabis* é cada vez mais apoiado não só por ativistas do assunto, mas também pela população em geral, que tem reconhecido o valor da substância para o tratamento de diversas patologias. Em uma das consultas mais recentes sobre o tema, o Senado fez uma pesquisa em que 79% dos respondentes disseram ser a favor de que “medicamentos feitos a partir da planta maconha sejam fornecidos gratuitamente pelo SUS”. Ao mesmo tempo, o número de importações de medicamentos à base de canabidiol autorizadas cresce em ritmo exponencial: entre 2015 e 2020, houve um aumento de 1.800%. A notícia também vem aquecendo o mercado – que, somente em 2021, importou mais de R\$ 30 milhões em medicamentos do gênero.

Atualmente, 11 medicamentos à base de *Cannabis* foram autorizados para venda no país pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O uso é permitido pela instituição quando “há uma condição clínica definida em que outras opções de tratamento estiverem esgotadas e que dados científicos sugerem que a *Cannabis* pode ser eficaz”. Historicamente, a procura é maior por parte de pacientes com esclerose múltipla ou doenças convulsivas. No entanto, estudos de universidades como a do Colorado, a de Washington (ambas nos Estados Unidos) e a de São Paulo apontam a eficácia de medicamentos canábicos em condições como psoríase, transtorno pós-traumático e doença de Parkinson.

R\$ 18 MILHÕES

de brasileiros apresentam condições de saúde que poderiam ser tratadas por remédios à base da planta.

R\$ 416,3 MILHÕES

é o valor que seria poupado dos cofres públicos, em quatro anos, se a produção desses medicamentos fosse autorizada no Brasil.

Mais de

20 MIL

medicamentos com canabidiol foram importados para o Brasil só em 2021.

O QUE ESPERAR

O ano de 2022 tende a ser definidor para o futuro do uso medicinal da Cannabis no Brasil. Acredita-se que, finalmente, o PL 399/2015 será votado por nossos deputados e senadores. Desde 2015 tramitando na Câmara dos Deputados, e agora esperando a deliberação de recurso pela mesa diretora da casa, o texto permite o cultivo de *Cannabis* em território brasileiro para que medicamentos nacionais – e pesquisas sobre a planta – sejam produzidos sem a necessidade de importação. Se aprovada, a decisão irá ao encontro de movimentos (ainda que pequenos) da nossa legislação rumo a um maior entendimento do uso do canabidiol. Em 2015, o uso terapêutico foi liberado. Em 2019, foi regulamentada a venda de medicamentos. Já em 2020, a Anvisa concedeu, pela primeira vez, o registro de um produto do gênero. O ano de 2022 pode ser mais um capítulo dessa história.

EM QUEM PRESTAR ATENÇÃO



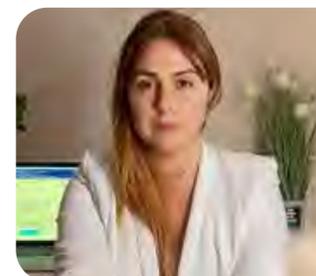
TARSO ARAUJO

Diretor executivo da Associação Brasileira da Indústria de Canabinoides (BRCANN) e uma das pessoas mais entendidas sobre o uso de medicamentos com canabidiol no país.



WILSON DA SILVA LESSA JÚNIOR

Psiquiatra, membro da International Cannabinoid Research Society (ICRS) e da Society of Cannabis Clinicians (SCC), que defende abertamente uma maior aceitação dos medicamentos.



BARBARA ARRANZ

Biomédica, fundou uma empresa que importa produtos do gênero da Espanha para o Brasil, depois de usá-los em um tratamento de seu filho. Nas redes sociais, fala sobre a importância dos canabinoides na sua experiência.



FABRICIO PAMPLONA

Farmacologista de canabinoides, estuda o assunto há anos, e constantemente compartilha, com simplicidade, seus conhecimentos técnicos.



CRISE CLIMÁTICA

9. JUSTIÇA CLIMÁTICA

POR QUE OBSERVAR

Justiça climática é a luta para que países e regiões pobres não sofram as consequências da imprudência ambiental cometida pelos países com maior concentração de renda. Isso aparece em escala global, quando notamos que o 1% mais rico da população (cerca de 70 milhões de pessoas) emite o dobro de carbono que os 50% mais pobres (aproximadamente 3 bilhões e meio de pessoas). Contudo, os mais ricos se protegem melhor dos efeitos da poluição.

Essa estratificação aparece também no cenário nacional. As populações pobres, negras, indígenas e ribeirinhas são os grupos que menos poluem, mas os que mais sofrem impactos ambientais. Por exemplo, no desabamento da barragem da Samarco, em Mariana (MG), no ano de 2015, provocado pelos efeitos da mineração, 84,5% das vítimas imediatas eram negras. E, mais de meia década depois, catástrofes do tipo ainda ocorrem em proporções similares. Em 2019, o estado presenciou o rompimento de uma barragem em Brumadinho, e agora, em 2022, a cidade de Ouro Fino passou por outro rompimento. No outro lado da história, a Vale revelou recentemente que apenas 29% dos seus funcionários em cargos de liderança se declaram negros.

Estima-se que, em 2030,

3%

da poluição emitida por bilionários venha de brasileiros.

A renda familiar média de Córrego do Feijão, localidade afetada pelo rompimento da barragem de Brumadinho, é

INFERIOR A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS.

O QUE ESPERAR

Com os desastres ocorridos em território mineiro nos primeiros dias de 2022, o debate em torno da justiça climática tende a crescer dentro do país. Internacionalmente, o tópico, que já foi abordado na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2021 (COP26), deve ganhar força na COP27 este ano. Depois de seis anos, o evento ocorrerá em território africano – justamente um dos continentes que mais sofrem com secas, inundações e furacões decorrentes dos impactos ambientais de países ricos.



EM QUEM PRESTAR ATENÇÃO



MARINA MARÇAL

Ecofeminista negra e advogada, Marina é mestre e doutoranda em Sociologia e Direito, além de coordenadora de Política Climática no iCS (Instituto Clima e Sociedade).



ANDRÉIA COUTINHO LOUBACK

Mestre em Relações Étnico-Raciais, atua como especialista em justiça climática no Fundo de População das Nações Unidas (ONU).



LEILA SARAIVA

Antropóloga, trabalha como assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC).



DINAMAM TUXÁ

Militante social indígena, é advogado e coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) pela Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME).

10. AMAZÔNIA EM PÉ E METAS GLOBAIS (COP26)

POR QUE OBSERVAR

A Amazônia está cada vez mais próxima do colapso. O Painel Científico para a Amazônia (SPA), primeiro Relatório de Avaliação do bioma lançado na COP26 – alerta governos globais, líderes do setor público e privado, e sociedade civil sobre a importância de ações imediatas para evitar mais devastação na região, que tem registrado recordes de desmatamento.

Em consonância com o apelo do SPA, a presidência da COP26 colocou como objetivo central a neutralidade climática global (global net zero) até a metade do século, mantendo a meta de 1.5°C dentro do alcance. A floresta amazônica é parte essencial nessa missão, pois é o berço da maior bacia hidrográfica do mundo e tem papel indispensável no combate às mudanças climáticas, sobretudo por garantir chuvas para a maior parte da América do Sul.

Ainda durante a COP, o governo brasileiro anunciou a antecipação da meta de desmatamento zero de 2030 para 2028. No entanto, a falta de políticas públicas efetivas nesse sentido mostra a distância entre discurso e prática.

1 MIL KM²

foi a média de desmatamento na Amazônia em abril, recorde para o período.

Reino Unido, Austrália e Índia anunciaram parceria para doar

R\$ 149 MILHÕES

à Coalizão para Infraestrutura Resiliente a Desastres, grupo que ajuda países – como o Brasil – a se recuperarem de desastres naturais.

O QUE ESPERAR

O ano de 2022 é importante para o início das ações via parcerias firmadas na COP26. As metas de desmatamento, por exemplo, utilizarão justamente este ano como base, para entender se diminuimos ou aumentamos as derrubadas nas florestas. Portanto, não será surpreendente se houver pressões internacionais, de países e empresários que investem na preservação amazônica, exigindo um posicionamento ambientalista do governo federal. Um estudo produzido pela YouGov, empresa especializada em pesquisas de mercado, com 2,4 mil empresários da União Europeia apontou que 49% deles estariam dispostos a fazer sanções ao Brasil para garantir uma diminuição do nosso desmatamento.

É de se esperar, também, que empresas privadas brasileiras invistam em parcerias sustentáveis com os estados. O Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam), que acelera projetos do tipo, prevê uma movimentação de até R\$ 30 milhões na próxima década, só com projetos que serão iniciados em 2022.

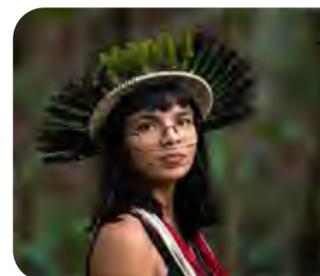


EM QUEM PRESTAR ATENÇÃO



ALEXANDRE MANSUR

Jornalista, escreve há décadas sobre meio ambiente e negócios, acompanhando de perto as transformações do tema e da indústria.



TXAI SURUÍ

Ativista de 24 anos, foi a primeira indígena a discursar na abertura de uma conferência sobre clima, e a única brasileira a falar na COP26.



FÁBIO FELDMANN

Ex-deputado, é autor da Lei da Mata Atlântica, da lei que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental e de outras legislações ambientais. Hoje atua como ambientalista.



NATALIE UNTERSTELL

É fundadora e presidente do Instituto Talanoa, que debate e pesquisa políticas ambientais e climáticas.



IPCC

(Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática): Autoridade científica internacional de referência sobre o clima, produz estudos que orientam entidades do mundo todo com relação às questões climáticas.

11. DESMONTE DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

POR QUE OBSERVAR

Toda e qualquer meta imaginada para a COP26 (ou outros compromissos internacionais) só é possível frente à reversão do desmonte que ocorre hoje na fiscalização ambiental brasileira. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama) é um exemplo: se, em 2010, havia 1.311 fiscais na organização, 2020 encerrou com 694. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), pilar do ambientalismo brasileiro, também foi afetado: desde o começo do mandato do presidente da república, três presidentes da instituição já foram exonerados. No cenário macro, instituições ambientais do governo federal tiveram um corte de 40% nas verbas destinadas à proteção florestal.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) teve um corte de

85%

no orçamento.

A flexibilização do garimpo em terras Yanomami aumentou em

250%

os casos de Covid em indígenas.

O QUE ESPERAR

2022 é ano de eleição. Grandes nomes do agronegócio, a indústria que mais vem se beneficiando da fragilidade ambiental brasileira, financiam as campanhas de vários candidatos. Assim, pode ser que o cenário não só se mantenha, como piore. A já citada pressão internacional, no entanto, pode aparecer aqui mais uma vez, pois será cobrada a produção de dados detalhados, bem como uma fiscalização mais atuante – ainda mais com a realização de eventos como a Rio + 30, que colocará os olhos do planeta inteiro sobre o Brasil e sua relação com o meio ambiente.



EM QUEM PRESTAR ATENÇÃO



MARCOS PEDŁOWSKI

Mestre em Geografia pela UFRJ e PhD em Environmental Design and Planning pela Virginia Tech, é pesquisador colaborador externo do Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais da Universidade de Lisboa.



ANDRÉ SANTOS

Mestre em Agronegócios, é o coordenador da Campanha Amazônia, do Greenpeace Brasil.



IZABELLA TEIXEIRA

Bióloga e ex-ministra do Meio Ambiente, produz reflexões sobre questões ambientais e bastidores da política.



PAULO ARTAXO

Professor de Física Atmosférica no Instituto de Física da USP, acompanha de perto políticas e mudanças climáticas.

A black and white photograph of a person standing in a narrow, cluttered alleyway in a slum. The person is wearing a light-colored shirt and dark pants. The background shows simple, multi-story buildings. The image is overlaid with a red, semi-transparent graphic element in the top right corner. The text 'REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES' is centered in the lower half of the image.

**REDUÇÃO
DAS
DESIGUALDADES**

12. COMBATE À POBREZA E À FOME

POR QUE OBSERVAR

Em 2015, o Brasil se comprometeu com a ONU a atingir 17 metas, conhecidas como 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Entre elas, a décima chama atenção: reduzir as desigualdades.

Fato é que nosso país sempre foi desigual. Recentemente, no entanto, a situação piorou. Desde o início da pandemia, 27 milhões de pessoas passaram a viver em situação de extrema pobreza – com menos de R\$ 246 por mês. Consequentemente, o país encerrou o ano de 2021 com mais da metade de seus habitantes em situação de insegurança alimentar, ou seja, sem condições de comprar alimentos para viver de maneira saudável. No mesmo ano, simultaneamente, 66 novos bilionários surgiram em nosso território.

Fontes: Anistia Internacional, Síntese de Indicadores Sociais do IBGE 2020 Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil e PNAD Contínua - IBGE.

18 MILHÕES DE PESSOAS

passaram a viver em situação de extrema pobreza quando o governo suspendeu o auxílio emergencial.

7 A CADA 10

brasileiros que compõem a população mais pobre do país são negros.

7 A CADA 10

brasileiros que compõem a população mais rica do país são brancos.

Fontes: FGV, IBGE

O QUE ESPERAR

Depois de dois anos de atraso, o Censo deve finalmente acontecer. Com previsão de início em agosto, a pesquisa poderá auxiliar organizações – e o próprio governo – a definirem objetivos e planos para o combate à desigualdade e à pobreza no país. Dito isso, será um ano de começos, não de soluções. Dos dez indicadores da ONU que avaliam a redução ou o aumento da desigualdade em um país, o Brasil retrocedeu em sete, estagnou em um e não tinha dados para os dois restantes. Fica claro, ainda, que empresas e organizações também terão um papel fundamental no combate aos comportamentos de desigualdade. A contratação de mais mulheres e pessoas negras, por exemplo, já contribui para que estatísticas menos problemáticas surjam nos próximos anos.



EM QUEM PRESTAR ATENÇÃO



GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL

Instituição que monitora, avalia e propõe estratégias para que o Brasil cumpra seu pacto com os 17 ODS.



FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS

Fundação sem fins lucrativos que visa promover o respeito aos direitos humanos no Brasil, construindo mecanismos inovadores e sustentáveis para fortalecer organizações da sociedade civil e para desenvolver a filantropia de justiça social.



ANELISE RIZZOLO

Pesquisadora associada do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.



RODOLFO HOFFMANN

Pesquisador da USP e autor do livro “Distribuição de Renda: Medidas de desigualdade e pobreza”.

13. DEFESA DOS POVOS INDÍGENAS

POR QUE OBSERVAR

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), temos 1,1 milhão de pessoas que vivem hoje em territórios indígenas. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) expande esse número e calcula que, se olharmos o país todo, são mais de 5 milhões de indígenas no Brasil.

Apesar de formar uma população que equivale à terceira maior do país, o grupo segue sofrendo ataques, sobretudo pelo governo. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) revelou que 80% do desmatamento amazônico ocorrido no primeiro ano do mandato atual aconteceu nas terras dos povos originários. Enquanto isso, o Conselho Indigenista Missionário relata que, entre 2018 e 2020,

o número de invasões a esses territórios aumentou em 137%. Além do desmatamento, o garimpo ilegal na Amazônia aumentou a desnutrição infantil, o índice de contaminação por mercúrio, o número de doenças, o aumento de casos de violência e a exploração sexual de meninas e mulheres.

Nos últimos anos, a população indígena tem encontrado mais apoio em ambientes internacionais, a exemplo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Essa organização emitiu uma medida cautelar para que garimpeiros se afastassem de terras indígenas e não contaminassem aqueles povos com o vírus da Covid-19. E, acusado de genocídio da população indígena, o presidente da república é alvo de uma ação no Tribunal Internacional de Haia.

20 MIL GARIMPEIROS

se encontravam em território indígena no auge da pandemia.

As invasões denunciadas pelo Conselho Indigenista atingem

145

povos espalhados por 19 estados.

O QUE ESPERAR

Tramitam no Congresso nacional projetos de lei conhecidos como o “combo da morte”: PL 490/2007 – restringe a demarcação de terras indígenas; PL 191/2020 – libera a mineração nessas terras; PL 6.299/2002 – amplia o registro de agrotóxicos; PLs 2.633/2020 e 510/2021 – regularizam a grilagem de terras; PL 3.729/2004 – afrouxa a necessidade de licenciamentos ambientais. O fato é que a aprovação dessas propostas significaria um forte retrocesso para os direitos dos povos originários. Portanto, espera-se que haja pressão suficiente para que os textos sejam readequados ou reprovados.

Porém, não é um ano só de notícias ruins. Na COP 26, 14 países reuniram R\$ 9,4 bilhões para protegerem povos indígenas de todo o planeta - inclusive do Brasil. Por aqui, vários atores sociais têm lutado para reforçar a importância da causa. Ailton Krenak – proeminente líder indígena, escritor e filósofo – é um exemplo. Ele é um dos apoiadores do movimento “Não sou pardo, sou indígena”, que busca um maior número de autodeclarados indígenas no Censo de 2022. Se houver indicadores mais realistas, o resultado da campanha poderá pressionar ainda mais governantes que ignoram essa população.

EM QUEM PRESTAR ATENÇÃO



AILTON KRENAK

Escritor e palestrante, é uma das principais vozes indígenas do país, levantando e compartilhando pautas relevantes provindas da comunidade.



ANGELA KAXUYANA

Faz parte da Coordenação das Organizações dos Indígenas Amazônia Brasileira (COIAB) e levanta discussões sobre os ataques recentes à população indígena.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB):

Instituição criada há 17 anos que reúne organizações regionais indígenas para discussão de pautas, realização de grupos de estudos e formação de editais.



HAMANGAI PATAXÓ

Jovem e mulher, a estudante de medicina e veterinária é a nova referência em qualquer conversa sobre luta indígena atual.

14. PROTEÇÃO À POPULAÇÃO LGBTQIAP+

POR QUE OBSERVAR

O Brasil é um país perigoso para pessoas LGBTQIAP+. Em 2021, mais uma vez e de forma vexatória, tornamo-nos a nação que mais mata pessoas trans, de acordo com o relatório da Transgender Europe (TGEU). Foi o nosso 13º ano seguido no topo da lista, contabilizando 125 vítimas entre outubro de 2020 e setembro de 2021. Esse índice, segundo instituições locais, como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), pode ser ainda maior, devido à subnotificação. E esse é apenas um dentre alguns indicativos terríveis, que não vêm de agora.

Ainda em 2018, o Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual (IBDSEX) levantava o dado de que 52,6% dos LGBTQIAP+ já haviam sofrido preconceito. Em contrapartida, em 2021, na Bahia, tivemos a fundação da primeira Promotoria de Justiça do Brasil especializada na defesa da população LGBTQIAP+. O Senado Federal foi contra a proibição da doação de sangue por parte dessas pessoas (a Câmara agora analisa se transformará a decisão em lei). Por sua vez, mulheres trans foram autorizadas, pelo Superior Tribunal Federal, a serem presas em unidades penitenciárias femininas.

No primeiro semestre de 2021, denúncias contra homofobia na internet brasileira cresceram

106%

O Brasil tem cerca de 4 milhões de pessoas trans e não binárias.

77%

dos jovens transgêneros brasileiros já sofreram transfobia na escola.

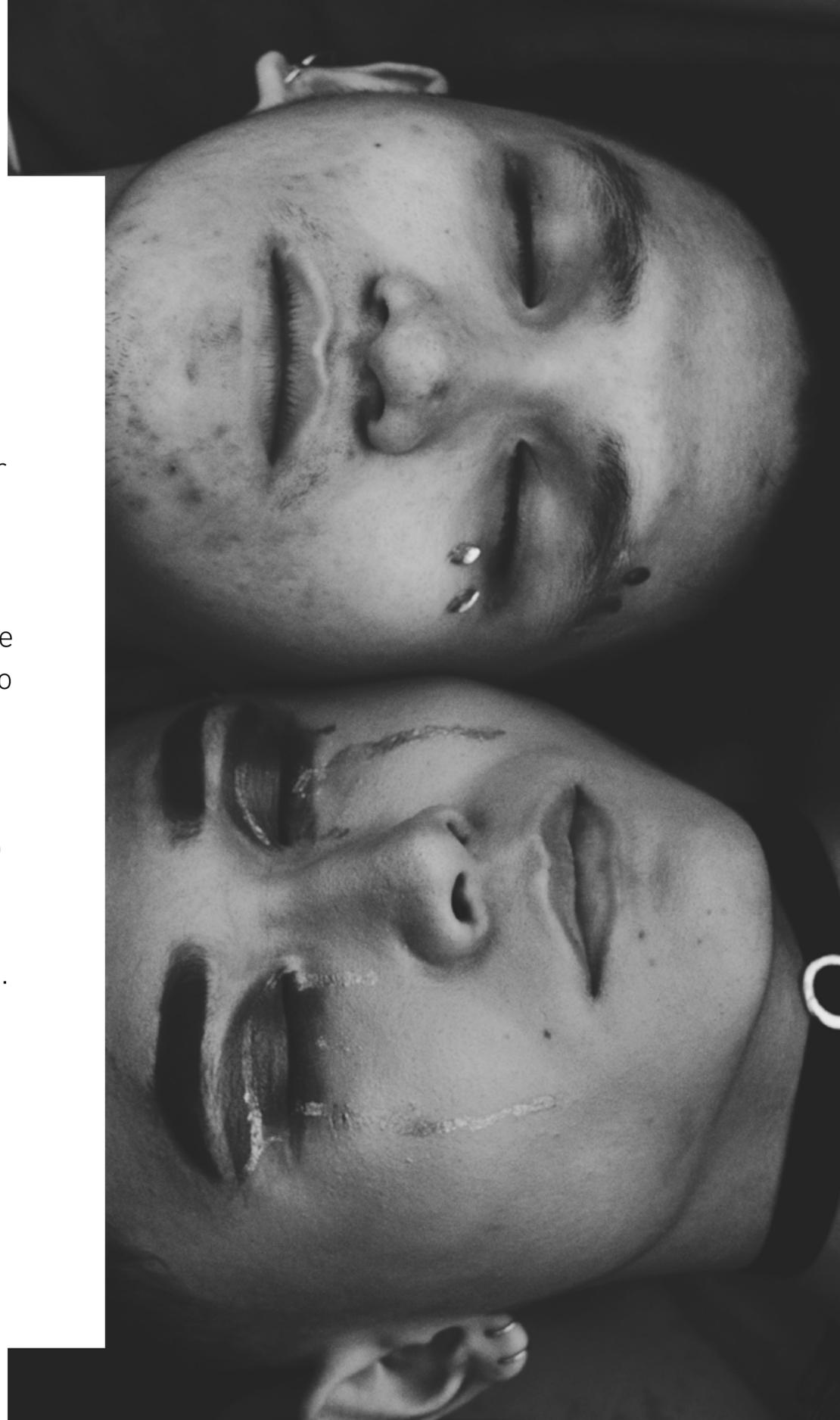
76%

dos brasileiros querem aulas sobre diversidade nas escolas.

O QUE ESPERAR

As eleições podem ser desafiadoras para a segurança da comunidade LGBTQIAP+ do Brasil. De acordo com analistas como Renato Dorgan, especialista em marketing político-eleitoral, o atual presidente do país pode fazer ataques à comunidade, em busca de votos dos conservadores. Por outro lado, alguns projetos de lei devem tramitar durante o ano, com grande potencial de avanços. O Projeto de Lei Complementar N° 150, que prevê a criação de mecanismos para proteger a população LGBTQIAP+ encarcerada, por exemplo, está esperando aprovação do Senado. Já o PL 4.271/2021, que cataloga ataques à população LGBTQIAP+, passou pelo Senado e espera o aval da Câmara. A ideia é levantar dados para combater a homofobia com mais ferramentas.

No mais, as próprias eleições podem vir acompanhadas de boas notícias. O ano de 2020 foi, até agora, o que mais registrou candidatos LGBTQIAP+: foram 435. Em 2016, o número era de 266. Com a progressão, 2022 pode quebrar um novo recorde de representatividade na esfera política.



EM QUEM PRESTAR ATENÇÃO



BRUNA BENEVIDES

Pesquisadora da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).



#VOTELGBT

Coletivo que instrui eleitores e políticos LGBTQIAP+. A iniciativa também produz relatórios sobre a intersecção entre sexualidade e democracia.



ANANDA PUCHTA

Coordenadora de Organismos Internacionais e Engajamento Corporativo do Grupo Dignidade, ONG que há 29 anos monitora e emite relatórios sobre a homofobia no Brasil.



TONY REIS

Doutor em educação, é diretor-presidente da Aliança Nacional LGBTI.

15. PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NA COMUNICAÇÃO (CONSTRUÇÃO DE IMAGINÁRIOS)

POR QUE OBSERVAR

Pesquisas apontam que 53% da população deixa de consumir produtos de marcas envolvidas em acusações racistas. Ainda assim, a mídia (novelas, filmes ou propagandas) ajuda a construir um imaginário excludente no país, e a situação atual é bem ruim. Em 2020, apenas 38% das peças publicitárias veiculadas pelos 20 maiores anunciantes brasileiros tinham imagens de pessoas negras. Pior ainda, os comerciais não contribuem para uma representação menos estereotipada: 48% desses anúncios eram de instituições financeiras, em sua maioria relacionando pessoas pretas a condições vulnerabilizadas.

Fontes: [Croma](#) e [Elife](#)

47%

se identificam com representações positivas e antirracistas em propagandas.

72%

da população acredita que lojas físicas estão despreparadas para abraçar a diversidade.

Pessoas brancas aparecem em

74%

dos comerciais feitos pelos maiores anunciantes do país.

Fontes: [Croma](#) e [Elife](#)

O QUE ESPERAR

Entre 2019 e 2020, o número de pessoas negras representadas nos anúncios de marcas importantes cresceu apenas 4%. Em 2022, no entanto, pode haver algumas boas novidades no horizonte. No fim do ano passado, uma chapa composta exclusivamente por pessoas pretas assumiu o comando do Clube de Criação, entidade que é referência e dita tendências na publicidade brasileira. O impacto disso nas produções ainda há de ser sentido, mas é promissor.

Nas telas, discussões sobre representatividade também são crescentes. A primeira novela global a estreiar em 2022, “Além da Ilusão”, causou polêmica antes mesmo de ir ao ar por contar com um elenco com apenas um terço de pessoas negras. A discussão é necessária e aponta para a construção de narrativas que humanizem pessoas negras, possibilitando olhares livres de estereótipos. As reflexões devem, cada vez mais, questionar veiculações midiáticas que ainda reproduzem e retroalimentam o racismo estrutural.

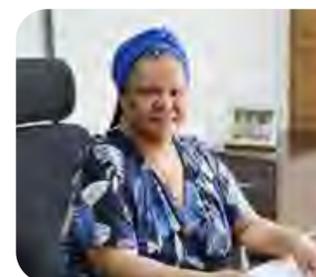
Fontes: Transparência Internacional.

EM QUEM PRESTAR ATENÇÃO



TIAGO ROGERO

Jornalista e conhecedor profundo da representação negra nos meios de comunicação. Premiado por seus trabalhos, é uma das grandes vozes da mídia atual.



JOANA ANGÉLIA GUIMARÃES

Inacreditavelmente, é a primeira mulher negra a se tornar reitora de uma universidade federal brasileira. Joana fala sobre o absurdo desse pioneirismo e sobre o racismo no imaginário popular. Costuma dar depoimentos nas redes da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), que comanda.



JOEL ZITO ARAÚJO

Cineasta e pioneiro no Brasil quando o assunto é pesquisar e produzir conteúdo com representações negras.



LUCIANA BRITO

Historiadora e colunista, é especialista em estudos sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil.

Pexels: Marco Allasio

16. COMBATE AO RACISMO NAS INSTITUIÇÕES

POR QUE OBSERVAR

O racismo brasileiro é inegável e confirmado pelos dados: sete em cada dez profissionais pretos alegam ter perdido uma vaga por causa da cor de sua pele. E, mesmo quando a contratação acontece, o cenário é problemático: seis em cada dez afirmam que já sofreram algum tipo de discriminação racial no trabalho.

As empresas, por sua vez, têm o dever de aderir a práticas antirracistas em prol do bem-estar dos seus funcionários. Caso contrário, elas podem ser, inclusive, penalizadas na Justiça. Prova disso é que o racismo institucional foi causa de mais

de 30 mil ações movidas no Tribunal Superior do Trabalho em 2020. No auge de discussões progressistas acerca do tema, não deveria haver espaço ou tolerância para comportamentos racistas, ainda mais no ambiente corporativo.

Mesmo em situações que aparentemente estão caminhando bem, o racismo também precisa ser observado e combatido. O número de estudantes negros nas universidades, por exemplo, vem crescendo. Entretanto, a dificuldade deles de se manter estudando também aumenta. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que visa justamente auxiliar a permanência desses estudantes nas instituições após o acesso à vaga no ensino superior, teve cortes de 24% desde o início da atual gestão federal. As verbas são utilizadas, hoje, para financiar bolsas de estudo em universidades privadas.

Fontes: Instituto Ethos, O Estado de Minas, Tribunal Superior do Trabalho

92%

dos trabalhadores negros acreditam que existe racismo na contratação de candidatos.

Em 2019, empresas com diversidade racial faturaram

36%

mais que as concorrentes.

Fontes: Instituto Ethos, IBGE, O Estado de Minas, McKinsey e Folha de S.Paulo

O QUE ESPERAR

O racismo institucional tende a ganhar mais visibilidade neste ano e, conseqüentemente, ser mais combatido. Ainda em 2021, uma **coalizão de 48 multinacionais**, muitas delas com sede no Brasil, anunciou, no Fórum Econômico Mundial, um compromisso contra o racismo e por mais equidade racial entre os funcionários. Por aqui, no começo de janeiro, o governo federal assinou a Convenção Interamericana contra o Racismo – o que, em tese, leva nosso país a se comprometer nominalmente a enfrentar o racismo nas instituições.

Para que reais impactos sejam percebidos, é necessário que esses acordos saiam do papel e orientem práticas que criem ambientes mais acolhedores para pessoas pretas dentro de espaços públicos e privados. Afinal, conforme já dito e reiterado pela **Coalizão Negra por Direitos**, em alguns manifestos: “Enquanto houver racismo, não haverá democracia”.

EM QUEM PRESTAR ATENÇÃO



CIDA BENTO

Diretora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), onde redigiu teses relevantes sobre o poder da branquitude dentro de empresas.



ARTHUR BUGRE

Colunista, palestrante e jornalista, Arthur aborda a fala de inclusão, tanto de pessoas pretas quanto de pessoas trans.



IRAPUÃ SANTANA

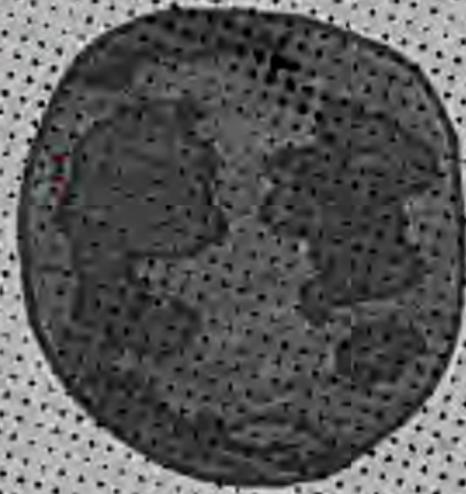
Doutor em Direito, é o novo presidente da Comissão de Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo (OAB-SP), responsável pelo plano de multiplicação no número de advogados negros.



LILIANE ROCHA

Autora do livro “Como Ser um Líder Inclusivo”.

NÃO HÁ UM



PLANETA B

ESG

17. ESG E OS IMPACTOS DA GUERRA

POR QUE OBSERVAR

Sigla em inglês para Práticas Ambientais, Sociais e de Governança, ESG é a nova bússola da agenda dos executivos. São três letras apenas, mas incontáveis desafios para incorporá-las ao dia a dia das organizações, pois isso significa unificar um conjunto de ações para tornar as operações ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis. O conceito, aliás, já aterrissou por aqui. Prova disso é que, em 2021, o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3, Bolsa de Valores do Brasil, levantou dados que indicam um aumento do engajamento das empresas brasileiras listadas como ESG. O número de companhias na carteira passou de 40 para 46, e a quantidade de

setores pulou de 15 para 27. Juntas, as companhias somam R\$ 1,74 trilhão em valor de mercado.

De qualquer forma, o lucro é apenas uma das consequências para uma empresa que assume responsabilidade diante de demandas sociais. Na escala global, por exemplo, para as companhias que estão reagindo com postura contrária à invasão da Rússia à Ucrânia, a reputação é o maior ganho, mesmo que signifique danos financeiros. Tanto que a BP (antiga British Petroleum) teve uma perda de cerca de US\$ 25 bilhões ao anunciar a sua saída das principais petrolíferas russas. Em seguida veio a Shell, maior petrolífera da Europa, que interrompeu os negócios com a russa Gazprom, maior produtora de gás do mundo.

Os investimentos ESG
podem chegar a
US\$ 53 TRILHÕES
em 2025.

Com a pandemia,
77%
dos investidores ao redor do
mundo aumentaram seus
aportes em ESG.

Empresas ESG já representam
38,26%
do valor de mercado da B3.

O QUE ESPERAR

O conceito de ESG ainda apresenta muitos impasses para se desdobrar em ações concretas no Brasil. As organizações que conseguem superar os entraves, no entanto, têm destaque global. O prestigiado ranking Best for World elege as empresas que melhor seguem as diretrizes e, em 2021, nomeou 39 companhias brasileiras para o seleto rol.

O resultado é benéfico para todos. As empresas geram lucro, ao passo que se posicionam de forma mais responsável perante o planeta, os colaboradores e os consumidores.

As decisões empresarias que estão sendo tomadas contra o conflito Rússia x Ucrânia mostram o peso da agenda ESG no globo. A expectativa é de que as marcas mais influentes consigam articular mudanças e ações emergenciais, implementando as práticas ambientais, sociais e de governança, em prol de um verdadeiro desenvolvimento sustentável e do esperado cessar-fogo.



EM QUEM PRESTAR ATENÇÃO



CAUSE

Consultoria que assina este documento, atua desde 2013 na gestão de causas, via estratégias de comunicação, engajamento e advocacy. Esse trabalho visa ao aumento do desempenho ESG.



ANBIMA

(Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais): Tem acompanhado de perto o crescimento de empresas ESG no país.



SISTEMA B

Organização que promove, no Brasil e na América Latina, a importância de que empresas contribuam para o bem-estar da sociedade em geral.



CARLO LINKEVIEIUS PEREIRA

Diretor executivo da Pacto Global no Brasil, uma iniciativa da ONU para encorajar empresas a adotar políticas de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade.



**FUTURO DO
TRABALHO**

18. FUTURO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

POR QUE OBSERVAR

O mercado de trabalho vem mudando há anos, mas a pandemia serviu como catalisadora para acelerar ainda mais essas transformações. Uma das mais evidentes é o surgimento dos chamados “precarizados”. São trabalhadores sem direitos trabalhistas ou contrato de trabalho formal, ganhando dinheiro por meio de serviços terceirizados, muitas vezes via plataformas digitais.

No Brasil, 32 milhões de pessoas já dependem de aplicativos para trabalhar. Só para o Uber, trabalham 1 milhão de brasileiros – para efeito de comparação, em toda área da educação temos apenas 2 milhões de trabalhadores. Mas não foi só isso que aumentou. Por resultado da precarização, durante a pandemia, cresceram em 400% os processos trabalhistas contra aplicativos.

11,4 MILHÕES

dependem de aplicativos
para ter renda.

5 MILHÕES

trabalham exclusivamente
para aplicativos.

Entre 2015 e 2020, o percentual de trabalhadores com carteira assinada caiu de 50,31% para 45,29%. Ao mesmo tempo, os que tiveram que registrar um CNPJ subiram de 5,88% para 7,89%.

O QUE ESPERAR

A discussão sobre a precarização do trabalho está cada vez mais presente. E não por acaso, já que a necessidade só cresce. O ano começou com a sanção presidencial da Lei N° 14.297/22, que garante alguns direitos ao entregador de delivery, como um seguro que cobre acidentes durante corridas. É uma pequena conquista, mas que deve ser expandida.

Desde o início da pandemia, trabalhadores de aplicativos vêm se articulando politicamente em busca de garantias. Empresas que se anteciparem, sem esperar a obrigação legal para oferecer condições dignas aos entregadores, podem sair na vanguarda desse processo.



EM QUEM PRESTAR ATENÇÃO



OCTAVIO DE BARROS

Economista, já trabalhou com o Ministério da Fazenda, foi diretor setorial de Economia da Febraban e hoje debate e pesquisa sobre o futuro das relações trabalhistas no Brasil.



RUY BRAGA

Professor do departamento de Sociologia da USP, é um dos mais vocais proeminentes pesquisadores da precarização nas condições de trabalho brasileiras. Lança neste ano um novo livro sobre o precariado.



ERGON CUGLER

Pesquisador da USP sobre políticas públicas, fala sobre o futuro do trabalho no Brasil.



PAULO GALO

Entregador, tornou-se uma das mais importantes vozes da classe, que luta por mais direitos e enfrenta condições precárias de trabalho.

19. TRABALHO E MATERNIDADE

POR QUE OBSERVAR

Desde 2008, empresas brasileiras podem ampliar a licença-maternidade de três para seis meses. Já a licença-paternidade, de cinco para 20 dias. As companhias que entram no programa, batizado de Empresa Cidadã, ainda ganham abatimentos em impostos. Mesmo assim, só 0,43% das empresas ativas no Brasil aderiram à iniciativa.

Além disso, o mercado é sabidamente mais instável para as mães. Um levantamento feito em 2016 pela FGV apontou que quase metade delas é demitida até dois anos após dar à luz. O medo faz com que muitas não exerçam a licença-maternidade, afastando-se, em média, apenas 16 dias, o que ocasiona prejuízos imensuráveis para as famílias que enfrentam essa realidade. Outra pesquisa mostra mulheres que querem modificar a rotina profissional depois de vivenciarem a maternidade. Segundo o relatório **Mulheres no Trabalho 2020**, realizado pela consultoria americana McKinsey e pela Fundação LeanIn, uma em cada quatro mães com emprego está pensando em reduzir a jornada de trabalho ou mesmo em pedir demissão.

Fontes: Gênero Número, FGV, McKinsey, Fundação LeanIn

Em 2020, só

METADE

das mães com filhos de até 10 anos estavam empregadas no Brasil.

7 MILHÕES

de mulheres foram demitidas na primeira semana da pandemia, número 40% maior que o de homens.

Fontes: IBGE, Fundação Oswaldo Cruz e Gênero Número.

O QUE ESPERAR

Nos últimos dois anos, tivemos 29 propostas de lei que visavam proteger as mães durante a pandemia. Entre elas, há o PL 2058/2021, que espera, na Câmara, a análise de emendas feitas pelo Senado. O texto prevê um pagamento federal para mães que não consigam fazer trabalhos remotos. A expectativa é de que, conforme alguma normalidade seja sentida no mercado de trabalho, novos projetos sejam feitos para se lutar por um retorno materno a esse espaço.

Com o assunto em voga, é também previsível que empresas sejam pressionadas a lidar melhor com questões maternas. Por exemplo, desde 2019, mais de 4.400 processos trabalhistas foram movidos contra organizações por mães que alegavam violações na lei. Mas também há bons exemplos de companhias que aprenderam a lidar com a maternidade. O Instituto Great Place to Work montou, em 2021, um ranking das melhores empresas na atenção à primeira infância no Brasil. A organização ressaltou boas ações, desde salas dedicadas exclusivamente à lactação até auxílio para creche – tanto para pais quanto para mães.



EM QUEM PRESTAR ATENÇÃO



CAMILA ANTUNES

Cofundadora do projeto Filhos no Currículo, promove cursos e discussões para aumentar a participação de mães em empresas.



CRISTINA VIECELI

Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), analisa de perto a questão trabalhista da maternidade.



DANIELA SCALCO

Fundadora da ParentsIN, uma startup que conecta mães e empresas.



MAFOANE ODARA

Uma das principais vozes do país quando o assunto é maternidade e ambientes de trabalho. Tem até um TEDx sobre o assunto.

20. INCLUSÃO DE PcDs

POR QUE OBSERVAR

Em 2021, completaram-se 30 anos da Lei de Cotas, que obriga empresas a reservarem parte de suas contratações a pessoas com deficiência (PcD). A legislação em questão fez com que o número de PcD empregados passasse de 48 mil, em 2000, para 372 mil no ano passado. Ainda assim, existem quase 330 mil vagas destinadas a PcD que não foram preenchidas. Ao mesmo tempo, em 2021, o número de demissões de pessoas com deficiência superou o de contratações – o que não aconteceu com o resto do mercado. Isso ocorre desde janeiro do ano passado, quando caiu a lei que impedia a demissão de PcD em plena pandemia.

Fontes: IBGE

5,5%

da população brasileira em idade produtiva tem alguma deficiência. São 7,1 milhões de PcD.

59,3%

das pessoas com deficiência recebem até dois salários-mínimos. Para o resto dos trabalhadores, essa proporção é de 55,6%.

88,9%

das empresas nunca fizeram ou raramente fazem ações de conscientização sobre o tema PcD.

Fontes: IBGE, Organização Internacional do Trabalho, Talento Inclusão

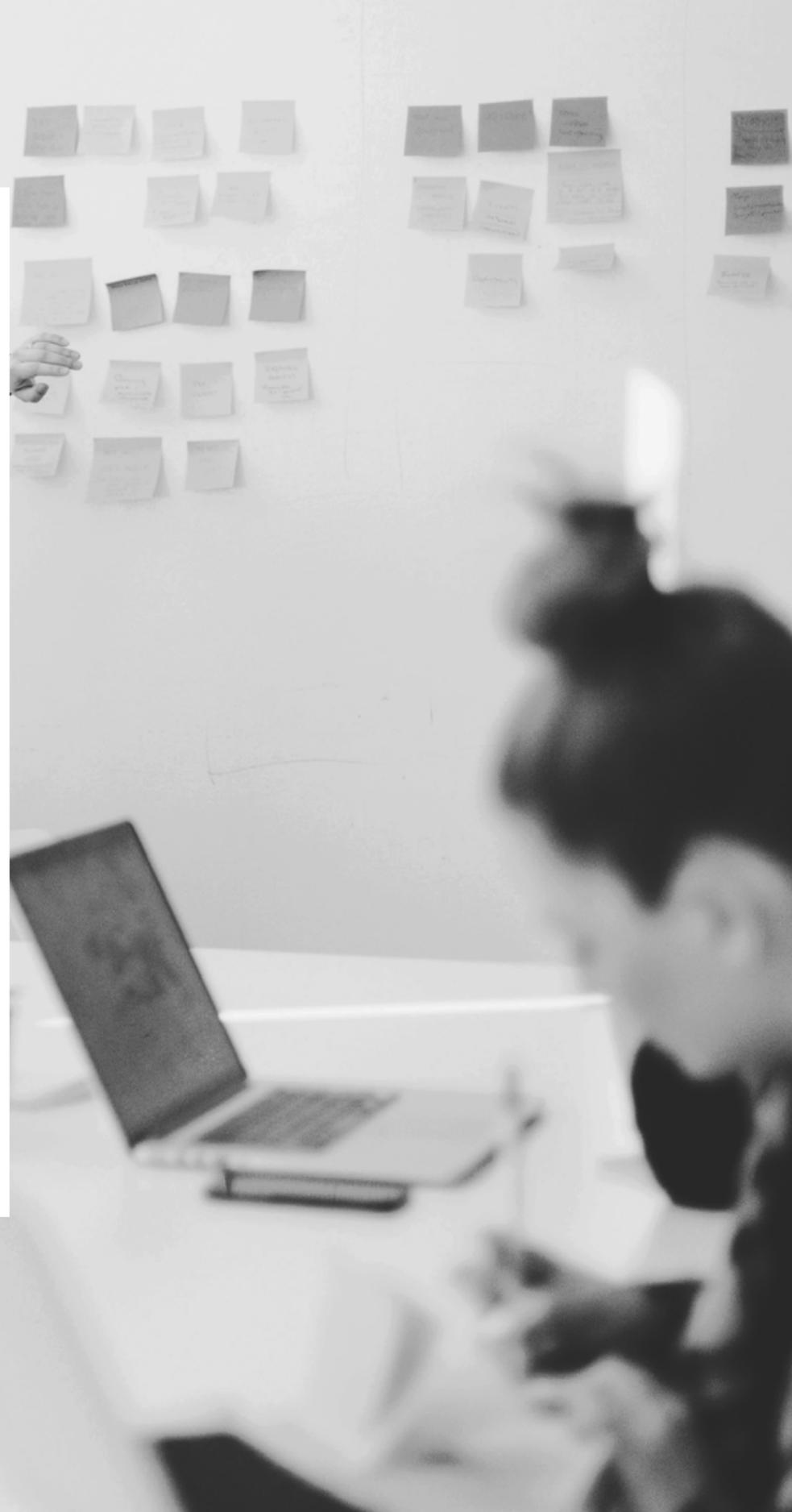
FUTURO DO TRABALHO

O QUE ESPERAR

Este ano é importante para o retorno de PcD ao mercado de trabalho. Desde dezembro de 2021, o Ministério do Trabalho alterou os critérios de avaliação da Lei de Cotas, e trabalhadores que prestam serviços de forma intermitente não são mais considerados contratados perante a legislação. Isso deve forçar companhias a efetivarem mais PcD, o que tende a ocorrer principalmente em grandes instituições, já que hoje mais de 76% das PcD trabalham em estabelecimentos com ao menos 100 contratados.

A contratação por si só, no entanto, não é o bastante. Os departamentos de Recursos Humanos também precisam correr atrás para incluir os funcionários em seus ecossistemas. Afinal, 56% dos trabalhadores com deficiência reclamam da falta de perspectiva de carreira e 46% têm a sensação de serem apenas um funcionário para preencher cota.

Fontes: [Atlas da violência](#), [IBGE](#), [Catho](#)

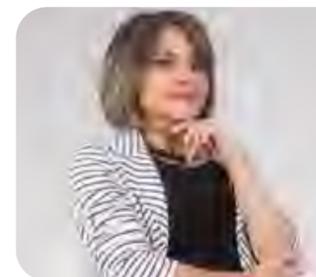


EM QUEM PRESTAR ATENÇÃO



CAROLINA IGNARRA

PcD e CEO do grupo Talento Incluir, presta consultorias que já resultaram na contratação de mais de 7 mil PcD.



MARINALVA CRUZ

Ex-secretária adjunta da Secretaria da Pessoa com Deficiência de São Paulo, hoje trabalha como analista de acessibilidade e inclusão.



IVONE SANTANA

Trabalha como chefe-executiva da Rede Empresarial de Inclusão Social (Reis).



MARTA GIL

Pesquisa a inclusão de pessoas com deficiência no Brasil desde 1976 e é uma das principais vozes do país quando o assunto é PcD. Ela foi coordenadora executiva do documento sobre inclusão de PcD no Brasil encomendado pela Organização Mundial do Trabalho.

Unsplash: Jason Goodman

A black and white photograph of a large crowd of people at a protest or demonstration. The crowd is dense and fills the middle ground. In the background, there are buildings and trees. A large, stylized red graphic element, resembling a flower or a splash, is positioned in the top left corner. The overall scene is one of a significant public gathering.

DEFESA DA

DEMOCRACIA

**TODOS PELA
DEMOCRACIA**

21. TRANSPARÊNCIA

(DADOS PÚBLICOS CADA VEZ MAIS SIGILOSOS NO BRASIL)

POR QUE OBSERVAR

O Brasil é bem menos transparente do que deveria. O Índice de Percepção de Corrupção (IPC), organizado pela Transparência Internacional, corrobora essa afirmação: registrando 38 pontos numa escala que vai de 0 a 100, nosso país é menos transparente que nações como o Suriname e Burkina Faso, países com Índice de Desenvolvimento Humano inferiores ao nosso. Isso ocorre por conta de vários boicotes à transparência brasileira. O número de pedidos para acesso a dados aceitos pela Lei de Acesso à Informação (LAI) é um exemplo: no governo de Dilma Rousseff, 71% dos requerimentos foram aceitos; no de Temer, 67%; Bolsonaro só aceitou 64% deles. Ou seja, a leitura do que é movimentado, via cofres públicos, para qualquer finalidade social é impossibilitada de maneira gradativa. Diante desse quadro, o Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA) chegou a definir nosso país como a “democracia com maior número de atributos em declínio”.

Fontes: [Transparência Internacional](#), [O Globo](#)

84,5%

das respostas aos pedidos de acesso à informação estavam incompletas, sem justificativa para isso.

Somente em 2021

R\$ 16 BILHÕES

oram destinados ao chamado “orçamento secreto”, repasses do governo federal a deputados sem que fossem devidamente identificados.

Fontes: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), Imaflora, Artigo 19 e ISA.

O QUE ESPERAR

2022 não apresenta muitos sinais de melhora para a transparência brasileira. Pelo contrário. O ano já começou com o presidente do país aprovando R\$ 16,4 bilhões em verbas do orçamento secreto. Logo em janeiro, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) comunicou que encerrará seu programa de monitoramento do desmatamento no Cerrado, o que contribuirá ainda mais para o apagão de dados em relação ao meio ambiente. E esses são apenas alguns exemplos pontuais.

Por ser ano eleitoral, a falta de transparência pode até piorar. No já citado relatório, a Transparência Internacional teve que recomendar o óbvio ao governo federal: que informações falsas sobre o processo eleitoral não sejam compartilhadas por membros do poder.

**EM QUEM PRESTAR ATENÇÃO****JOACHIM STASSART**

Pesquisador da Transparência Internacional, apura e revela problemas brasileiros em relação ao tema.

**NICOLE VERILLO**

Gerente de Apoio e Incidência Anticorrupção da Transparência Internacional, costuma falar sobre a importância do trabalho de combate à falta de transparência.

**PEDRO PONTUAL**

Presidente da Associação Nacional de Especialistas de Políticas Públicas e Gestão Governamental (ANESP), entidade que cobre transparência de governos.

**BRUNO MORASSUTTI**

Cofundador da Fiquem Sabendo, agência de dados públicos independente e especializada na Lei de Acesso à Informação.

22. EDUCAÇÃO CIDADÃ E COMBATE A FAKE NEWS

POR QUE OBSERVAR

O “gabinete do ódio”, grupo de servidores públicos do Palácio do Planalto, conhecido por disseminar desinformação, é um dos maiores exemplos de estruturas antidemocráticas da atualidade. Quando as fake news são criadas pelo próprio governo, a situação demanda um gerenciamento de crise multisetorial, que mobilize: investigação e acordos públicos; forte investimento dos veículos de comunicação em mecanismos de checagem e ainda preparo da população, que é a principal vítima.

A abundância informacional, sem uma análise crítica e instrução midiática, contribui para mais mentira e manipulação. É aí que entra a importância da Educação Cidadã. O conceito diz respeito à promoção de informação e formação de indivíduos sobre: o funcionamento de instituições, os direitos e os deveres cívicos para participação no processo democrático.

Essa noção, inclusive, nunca esteve tão atrelada às companhias privadas quanto no presente momento. Em contrapartida à desconfiança no poder público, 69% da população afirma que confia em grandes empresas brasileiras.

Fontes: [Datafolha](#) e [Global Advisor](#).

61%
dos brasileiros não confiam em partidos políticos

60%
dizem que fake news podem influenciar as eleições

62%
dos brasileiros não sabem identificar ou não têm certeza sobre fake news

O QUE ESPERAR

Neste ano, a democracia tende a enfrentar um de seus maiores inimigos recentes: a desinformação. Pesquisadores preveem uma eleição com alta disseminação de fake news, utilizando o medo como ferramenta para conversão de votos. Nesse sentido, plataformas como YouTube, Facebook, Instagram, TikTok, Twitter e Kwai firmaram um acordo junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de combate às notícias falsas nas eleições de 2022. O programa se baseia em três iniciativas: impulsionar informações de fontes oficiais; promover capacitação para identificar fake News; e dar enfoque a controle de comportamento – como, por exemplo, limitar o número de vezes que uma mensagem pode ser compartilhada. Excepcionalmente, informa o tribunal, pode haver controle de conteúdo.

Além das plataformas de tecnologia, empresas de outros setores também podem contribuir com a cidadania. A Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), por exemplo, chegou a produzir um manual para que companhias eduquem seus funcionários a combater fake News. Segundo a organização, todo ano marcas ao redor do mundo têm um prejuízo próximo de R\$ 500 bilhões em decorrência de notícias falsas.

EM QUEM PRESTAR ATENÇÃO



SÉRGIO HADDAD

Pesquisador, já se debruçou algumas vezes sobre o papel da educação na construção de uma cidadania ativa.



ARTIGO 19

Organização, com unidade no Brasil, que tem como missão promover e defender os direitos à liberdade de expressão e de acesso à informação em todo o mundo, considerando os padrões internacionais de direitos humanos.



PABLO ORTELLADO

Professor de gestão de políticas públicas da USP e estudioso da polarização e da disseminação de notícias falsas nas redes sociais.



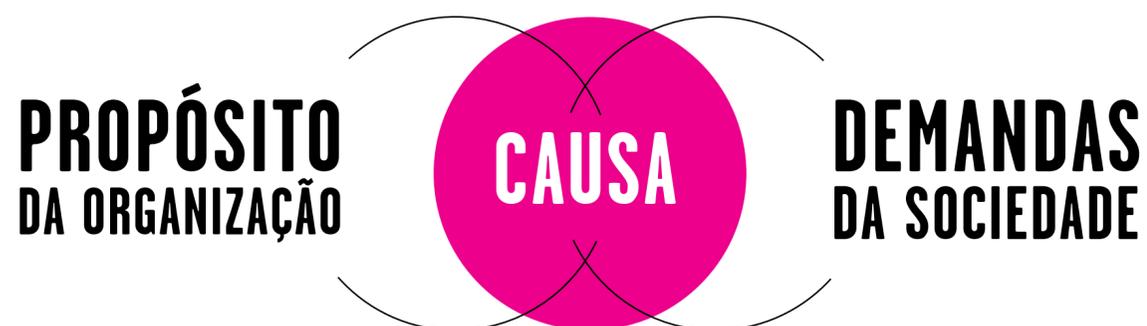
CRISTINA TARDÁGUILA

Brasileira, é Diretora de Programas do Centro Internacional Para Jornalistas (ICFJ, na sigla em inglês) e uma das maiores especialistas no planeta no respeito ao combate de Fake News, falando constantemente sobre seu uso por parte de políticos daqui.

É importante ressaltar que o debate e avanço em torno das 22 causas mencionadas neste relatório só é possível com a garantia da liberdade de expressão, instrumento fundamental para que haja o exercício da cidadania. Vamos juntos transformar realidades?

COMO PODEMOS AJUDAR

Na **CAUSE**, acreditamos que as causas têm o poder de engajar as pessoas para mudar o mundo. Para ajudar a sua organização a atuar com temas tão complexos, contamos com uma equipe multidisciplinar, especializada em conectar sua organização às demandas do nosso tempo.



ENTRE EM CONTATO

causeaquí@cause.net.br www.cause.net.br +55 11 93308 0868 (whatsapp)

 @oficialcause

 @causebrasil

 @causebrasil

COMO CAUSAMOS

MARCAS E CAUSAS

- Identificação de causas e propósito
- Estratégia de atuação social
- Cause branding
- Arquitetura de causas
- Estratégia de apoios e patrocínios
- Causas e cultura organizacional
- Estudos de causas e demandas da sociedade

ADVOCACY E ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS

- Estratégias de advocacy
- Estratégia de conscientização
- Estratégias de engajamento multistakeholder
- Mapeamento de redes e stakeholders
- Formação de coalizões e grupos de interesse
- Incubação de movimentos
- Coordenação e gestão de campanhas de engajamento

ESG E PROGRAMAS DE IMPACTO

- Estratégia e governança para sustentabilidade
- Análise e benchmark para identificar gaps em ESG
- Estratégia de performance em ESG
- Cultura e engajamento em ESG
- Análise crítica de relatos
- Comunicação e reporte em ESG
- Desenvolvimento e implementação de programas de impacto positivo

EXPEDIENTE

SÓCIOS RESPONSÁVEIS POR ESTA EDIÇÃO

LEANDRO MACHADO, MÔNICA GREGORI E RODOLFO GUTTILLA

COORDENAÇÃO GERAL

LIGIA HIPÓLITO

CONTEÚDO E PESQUISA

FELIPE GERMANO

DESIGN

TRÊS DESIGN

REVISÃO

RAFAEL TOURINHO RAYMUNDO

COLABOROU COM A ELABORAÇÃO DESTA EDIÇÃO

EQUIPE CAUSE

CAUSE